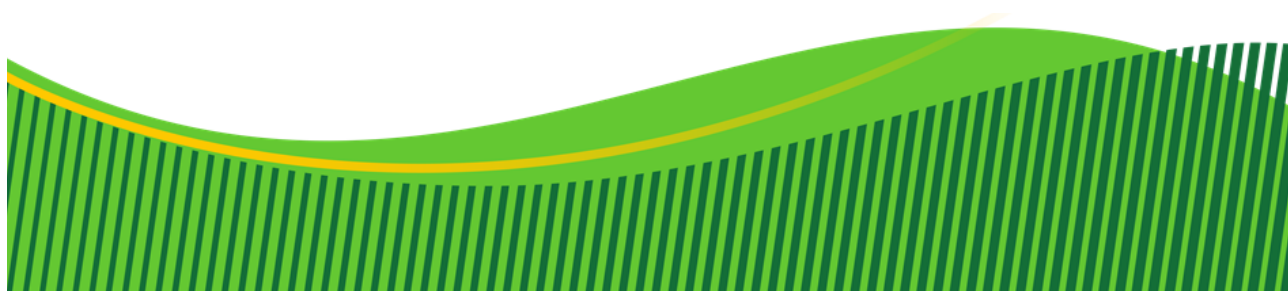


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai
RS/Sc**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5899
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai
RS/Sc
Rodeio Bonito - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/Sc ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/Sc em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

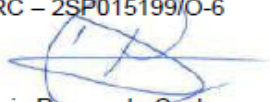
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/Sc, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa. Reiteramos que a participação do associado no empreendimento cooperativo é um dos norteadores da gestão e sendo assim, o ano de 2017 foi marcado por inúmeras ações com o propósito de fortalecer a nossa missão e os princípios que norteiam o cooperativismo, oferecendo soluções financeiras adequadas ao crescimento e agregação de renda para o associado, assim como reafirmando o compromisso da cooperativa de contribuir com o desenvolvimento regional.

Registramos nosso agradecimento aos Conselheiros de Administração e Fiscal, que se dedicaram de forma exemplar no desempenho das suas funções, a participação efetiva dos Coordenadores de Núcleo, aos Colaboradores e Associados que com sua participação e trabalho, tanto contribuíram para seguirmos no caminho do crescimento e juntos construirmos uma cooperativa cada vez mais sólida.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/Sc
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	722.089	661.210	CIRCULANTE	300.980	262.932
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	12.031	5.975	DEPÓSITOS (NOTA 11)	113.205	96.845
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	305.619	295.659	Depósitos à Vista	76.201	64.106
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	24	6	Depósitos a Prazo	37.004	32.739
Depósitos no Banco Central	-	88	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	145.379	132.836
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	22	93	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	18	1
Correspondentes no país	488	210	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	145.361	132.835
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	305.085	295.262	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.234	1.160
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	380.739	342.257	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.234	1.160
Operações de Crédito	399.235	358.802	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	8.057	8.080
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(18.496)	(16.545)	Empréstimos País - Outras Instituições	8.057	8.080
OUTROS CRÉDITOS	19.957	15.905	OUTRAS OBRIGAÇÕES	33.105	24.011
Créditos por Avals e Fianças Honradas	247	231	Cobrança e Arrecadação de Tributos	248	120
Rendas a Receber	1.710	1.618	Sociais e Estatutárias	2.695	2.097
Créditos Específicos	328	299	Fiscais e Previdenciárias	1.407	1.349
Diversos (NOTA 07)	18.289	14.319	Diversas (NOTA 14)	28.755	20.445
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(617)	(562)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	3.743	1.414			
Outros Valores e Bens	4.021	1.386			
(Provisão para desvalorização)	(314)	-			
Despesas Antecipadas	36	28			
NÃO CIRCULANTE	203.844	150.658	NÃO CIRCULANTE	428.817	381.906
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	203.844	150.658	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	428.817	381.906
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	7.231	1.966	DEPÓSITOS (NOTA 11)	422.908	376.883
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.231	1.966	Depósitos a Prazo	422.908	376.883
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	155.011	110.348	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	5.909	5.023
Operações de Crédito	167.250	122.746	Repasse Interfinanceiros	5.909	5.023
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.239)	(12.398)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	190	416			
Diversos	205	429			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(15)	(13)			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	21.715	21.715	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	196.136	167.030
Outros Investimentos	21.715	21.715	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	74.774	71.564
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	13.137	9.967	De Domiciliados no País	74.787	71.585
Imóveis de Uso	3.693	3.692	(Capital a Realizar)	(13)	(21)
Outras Imobilizações de Uso	18.776	15.214	RESERVAS DE SOBRAS	107.035	84.684
(Depreciação acumulada)	(9.332)	(8.939)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	6.560	6.246	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	14.327	10.782
Outros Ativos Intangíveis	12.928	11.033			
(Amortização acumulada)	(6.368)	(4.787)			
TOTAL DO ATIVO	925.933	811.868	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	925.933	811.868

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/Sc
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	57.737	-	57.737	113.792	-	113.792	98.610	1	98.611
Operações de Crédito	57.561	-	57.561	113.484	-	113.484	98.153	1	98.154
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	156	-	156	267	-	267	346	-	346
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Resultado das Aplicações Compulsórias	20	-	20	41	-	41	113	-	113
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(27.284)	(349)	(27.633)	(60.173)	(627)	(60.800)	(68.685)	(431)	(69.116)
Operações de Captação no Mercado	(16.582)	(31)	(16.613)	(38.028)	(53)	(38.081)	(45.922)	(33)	(45.955)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.767)	(318)	(4.085)	(7.746)	(574)	(8.320)	(7.546)	(398)	(7.944)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.935)	-	(6.935)	(14.399)	-	(14.399)	(15.217)	-	(15.217)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30.453	(349)	30.104	53.619	(627)	52.992	29.925	(430)	29.495
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(15.474)	3.017	(12.457)	(20.904)	5.728	(15.176)	(4.286)	4.471	185
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.963	6.279	11.242	9.468	11.586	21.054	8.001	8.085	16.086
Rendas de Tarifas Bancárias	3.740	-	3.740	7.210	-	7.210	6.175	-	6.175
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(17.733)	(1.493)	(19.226)	(33.204)	(2.489)	(35.693)	(29.166)	(1.538)	(30.704)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(11.159)	(1.249)	(12.408)	(21.071)	(2.303)	(23.374)	(18.374)	(1.697)	(20.071)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(51)	(288)	(339)	(91)	(530)	(621)	(158)	(371)	(529)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	14.970	308	15.278	34.468	336	34.804	43.643	467	44.110
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(10.204)	(540)	(10.744)	(17.684)	(872)	(18.556)	(14.407)	(475)	(14.882)
RESULTADO OPERACIONAL	14.979	2.668	17.647	32.715	5.101	37.816	25.639	4.041	29.680
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(122)	109	(13)	(247)	107	(140)	53	9	62
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.857	2.777	17.634	32.468	5.208	37.676	25.692	4.050	29.742
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	373	373	-	(319)	(319)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	224	224	-	(180)	(180)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	149	149	-	(139)	(139)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	14.857	3.150	18.007	32.468	4.889	37.357	25.692	4.050	29.742
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.889	(4.889)	-	4.050	(4.050)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	14.857	3.150	18.007	37.357	-	37.357	29.742	-	29.742
DESTINAÇÕES	-	-	-	(23.230)	-	(23.230)	(18.960)	-	(18.960)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.101)	-	(4.101)	(4.939)	-	(4.939)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.570)	-	(1.570)	(1.198)	-	(1.198)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(15.697)	-	(15.697)	(11.980)	-	(11.980)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.862)	-	(1.862)	(843)	-	(843)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	14.127	-	14.127	10.782	-	10.782

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/Sc
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	67.086	67.685	-	9.395	144.166
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.766	-	-	(4.766)	-
Destinações para reservas	-	4.176	-	(4.176)	-
Outras destinações	-	-	-	(453)	(453)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.120	-	-	-	2.120
Baixas de capital	(2.408)	-	-	-	(2.408)
Resultado do período	-	-	-	29.742	29.742
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.198)	(1.198)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.980	-	(11.980)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.939)	(4.939)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	843	-	(843)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	71.564	84.684	-	10.782	167.030
Mutações do Período	4.478	16.999	-	1.387	22.864
Saldos no início do período em 01/01/2017	71.564	84.684	-	10.782	167.030
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.286	-	-	(5.278)	8
Destinações para reservas	-	4.792	200	(4.992)	-
Outras destinações	-	-	-	(512)	(512)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.884	-	-	-	1.884
Baixas de capital	(3.960)	-	-	-	(3.960)
Reversão de reserva	-	-	(200)	200	-
Resultado do período	-	-	-	37.357	37.357
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.570)	(1.570)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.697	-	(15.697)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.101)	(4.101)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.862	-	(1.862)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	74.774	107.035	-	14.327	196.136
Mutações do Período	3.210	22.351	-	3.545	29.106
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	76.063	89.476	200	19.350	185.089
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	945	-	-	-	945
Baixas de capital	(2.234)	-	-	-	(2.234)
Reversão de reserva	-	-	(200)	200	-
Resultado do período	-	-	-	18.007	18.007
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.570)	(1.570)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.697	-	(15.697)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.101)	(4.101)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.862	-	(1.862)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	74.774	107.035	-	14.327	196.136
Mutações do Período	(1.289)	17.559	(200)	(5.023)	11.047

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/Sc
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	16.494	42.890	37.099
Resultado do semestre/exercício	18.007	37.357	29.742
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.513)	5.533	7.357
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(2.494)	1.793	5.220
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	143	314	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(6)	56	141
Depreciação do imobilizado de uso	1.120	2.111	1.621
Amortização do intangível	789	1.581	965
Baixas do ativo permanente	33	91	318
Provisão para passivos contingentes	650	896	44
Destinações ao FATES	(1.570)	(1.570)	(1.198)
Dividendos SicrediPar	(178)	261	246
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	8.737	(13.064)	19.010
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.156)	(5.265)	(1.172)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.988	(18)	(4)
Redução em créditos vinculados	691	159	839
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(113)	(277)	143
(Aumento) em operações de crédito	(91.338)	(84.937)	(85.441)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	63.598	13.429	32.093
(Aumento) Redução em outros créditos	(1.632)	(4.146)	(1.930)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(468)	(2.643)	710
Aumento em depósitos	31.288	62.386	76.057
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	549	74	(2.590)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(497)	(23)	(1.609)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(735)	(1.677)	(1.461)
Aumento em outras obrigações	7.562	9.874	3.375
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	25.231	29.826	56.109
Aquisição de Investimentos	-	-	(1.104)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.577)	(5.371)	(2.726)
Aplicações no Intangível	(1.101)	(1.895)	(1.749)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.678)	(7.266)	(5.579)
Integralização de capital	945	1.884	2.120
Baixa de capital	(2.234)	(3.960)	(2.408)
Juros ao capital próprio	(4.101)	(4.101)	(4.939)
Distribuição de Sobras	-	(504)	(453)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.390)	(6.681)	(5.680)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	16.163	15.879	44.850
Caixa e equivalente de caixa no início do período	300.953	301.237	256.387
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	317.116	317.116	301.237

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/Sc ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 18/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispendios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(69.328)	212	(69.116)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.429)	212	(15.217)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	397	(212)	185
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	(20.173)	102	(20.071)
Outros Dispendios e Despesas Operacionais	(14.568)	(314)	(14.882)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	12.031	5.975
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	305.085	295.262
Total	317.116	301.237

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.231	1.966
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.231	1.966
Total realizável a longo prazo	7.231	1.966

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	226.130	132.490	358.620	277.071
Financiamentos	24.833	27.752	52.585	58.054
Financiamentos rurais e agroindustriais	148.272	7.008	155.280	146.423
Carteira total	399.235	167.250	566.485	481.548

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	247	-	247	231
Devedores por compra de valores e bens	193	202	395	679
Títulos e créditos a receber (i)	12.571	3	12.574	8.232
Total	13.011	205	13.216	9.142

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	136.547	199.506	683	998
Nível B	1,00	227.242	119.933	2.272	1.199
Nível C	3,00	148.311	111.883	4.449	3.356
Nível D	10,00	35.390	24.064	3.539	2.406
Nível E	30,00	11.680	13.231	3.504	3.969
Nível F	50,00	6.296	7.160	3.148	3.580
Nível G	70,00	3.253	4.008	2.277	2.806
Nível H	100,00	10.982	10.905	10.982	10.905
Total (i)		579.701	490.690	30.854	29.219

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 513 (2016 - R\$ 299).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.948	46.123	81.033	86.284	217.388	174.195
Rural	352	45.464	102.456	7.008	155.280	146.423
Industrial	291	12.370	22.350	28.547	63.558	55.087
Comércio	1.715	24.245	38.594	25.397	89.951	73.200
Outros Serviços	587	10.686	22.032	20.219	53.524	41.785
Total	6.893	138.888	266.465	167.455	579.701	490.690

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	67.879	11,71	61.857	12,61
50 devedores seguintes	90.557	15,62	83.183	16,95
100 devedores seguintes	56.945	9,82	48.526	9,89
Demais	364.320	62,85	297.124	60,55
Total	579.701	100	490.690	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	29.518	24.157
Constituição de provisão	14.399	15.217
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.550)	(9.856)
Saldo final	31.367	29.518

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.243 (2016 - R\$ 1.915), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 14.652 (2016 - R\$ 8.288).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	115	125
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.912	3.060
Devedores por compra de valores e bens	193	251
Devedores por depósitos em garantia	987	913
Impostos e contribuições a compensar	338	440
Títulos e créditos a receber	12.571	8.231
Valores honrados	90	19
Cotas de consórcio	604	457
Operações com cartões	60	55
Pendências a regularizar	200	12
Outros	219	756
Total Circulante	18.289	14.319

Devedores por compra de valores e bens	202	428
Títulos e créditos a receber	3	1
Total realizável a longo prazo	205	429

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	4.021	1.386
Imóveis	3.257	1.304
Veículos e afins	122	82
Bens em regime especial	642	-
Despesas antecipadas	36	28
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(314)	-
Total Circulante	3.743	1.414

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 314 de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	11.988	11.988
Sicredi Participações S.A.	9.726	9.726
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	21.715	21.715

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.153.874 ON	3.153.874 ON	1	1	11.988.055	11.988.055
	6.572.059 PN	6.572.059 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,11%	1,12%	0,61%	0,63%	3,41%	3,41%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	9.726	9.726	1	1	11.988	11.988

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	22.469	(9.332)	13.137	9.967
Imobilizações em curso	-	2.389	-	2.389	1.146
Terrenos	-	454	-	454	454
Edificações	4%	3.239	(1.005)	2.234	2.364
Instalações	10%	3.464	(1.405)	2.059	1.659
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.628	(2.659)	1.969	1.493
Sistema de comunicação	10%	246	(111)	135	138
Sistema de processamento de dados	20%	5.453	(2.669)	2.784	1.639
Sistema de segurança	10%	1.071	(560)	511	452
Sistema de transporte	20%	1.525	(923)	602	622
Intangível (i)		12.928	(6.368)	6.560	6.246
Investimentos Confederação		12.928	(6.368)	6.560	6.246
Total		35.397	(15.700)	19.697	16.213

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	76.201	-	-	76.201	64.106
Depósitos a prazo	16.997	20.007	422.908	459.912	409.622
Total	93.198	20.007	422.908	536.113	473.728

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	145.361	132.835
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	145.361	132.835
Total circulante	145.361	132.835
Recursos do Crédito Rural	5.909	5.023
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.909	5.023
Total exigível a longo prazo	5.909	5.023

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	8.057	8.080
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	8.057	8.080
Total circulante	8.057	8.080

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Obrigações por convênios oficiais	8	9
Provisão para pagamentos a efetuar	7.933	6.435
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	2.230	1.334
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.454	2.649
Pendências a regularizar	240	24
Operações com cartões	12.270	7.843
Demais fornecedores	868	686
Credores diversos	1.752	1.465
Total circulante	28.755	20.445

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	1.173	780	(30)	1.923
Cível	161	222	(76)	307
Total	1.334	1.002	(106)	2.230

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	1.923	1.173
Cível	Provável	307	161
Total		2.230	1.334

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 601; R\$ 156 e R\$ 191 (2016 - R\$ 334, R\$ 235 e R\$ 0), respectivamente.

Quanto a Contingência Tributária, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 38810433, versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 151, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	74.774	71.564
Total de associados	65.697	64.169

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.210 (2016 – R\$ 4.478), sendo R\$ 5.286 (2016 – R\$ 4.766) via integralização de resultados e R\$ 1.884 (2016 – R\$ 2.120), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.960 (2016 – R\$ 2.408).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/Sc, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,5% em Conta Corrente, no montante de R\$ 4.101, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/Sc, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	37.676	29.742
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(15.824)	(12.492)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	5	-
Provisão resgate de milhas cartão	29	7
Provisão PPR	59	6
Receita com atos cooperativos	13.637	10.791
Juros sobre capital próprio	1.722	2.074
Outros	53	(386)
Subtotal	15.505	12.492
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(319)	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	7.231	1.966
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	305.085	295.262
Outros Créditos - Rendas a receber	1.291	996
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.930	3.149
Investimentos (Nota 09)	21.715	21.715
Intangível (Nota 10)	6.560	6.246
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	151.270	137.858
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	8.057	8.080
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	12.325	7.719
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	267	346
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.972	4.950
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	30.406	37.708
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	-	12
Operações de Empréstimos e Repasses	8.320	7.944
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	797	751
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	10.644	8.329

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	139	0,18%	195
Depósitos a prazo	3.849	0,84%	3.037
Operações de crédito	541	0,10%	542

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.383	2.293

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	730	725
Despesa de aluguéis	1.996	1.759
Despesa de comunicação	1.930	1.423
Despesa de manutenção e conservação	1.771	1.666
Despesa de material	525	444
Despesa processamento dados	546	331
Despesa de promoções e relações públicas	1.977	1.927
Despesa de propaganda e publicidade	614	460
Despesa de seguro	138	112
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.562	2.239
Despesa de serviços de terceiros	680	588
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.416	1.347
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.546	1.111
Despesa de serviços de transportes	1.085	825
Despesa de viagem	139	133
Outras despesas administrativas	5.719	4.981
Total	23.374	20.071

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.147	1.923
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	29.273	35.890
Reversão de provisões operacionais	2.270	4.320
Outras rendas operacionais	2.114	1.977
Total	34.804	44.110

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.718	745
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	328	280
Contribuição Confederação Sicredi	7.430	5.272
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	883	868
Encargos da administração financeira	164	203
Repasse administradora de Cartões	637	586
Depreciação e amortização	1.581	975
Outras provisões operacionais	4.051	4.442
Outras despesas operacionais	1.655	1.418
Total	18.556	14.882

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	179.229	138.763
Coobrigações em cessões de crédito	20	23
Total	179.249	138.786

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	191.650	164.216
Nível I (NI)	191.650	164.216
Capital principal - CP	191.650	164.216
Capital social	74.774	71.564
Reservas de capital	107.035	84.684
Lucros acumulados	14.327	10.782
Ajustes Prudenciais	(4.486)	(2.814)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	776.748	643.810
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.391	1.066
Margem de Capital (i)	108.700	99.573
Índice de Basileia (PR / RWA)	24,67%	25,51%
Situação de Imobilização (Imob)	15.213	13.400
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,94%	8,16%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Jaques Samuel dos Santos
Diretor Executivo
CPF: 614.340.430-53

Angelita Marisa Cadona
Diretora de Operações
CPF: 647.721.280-34

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20